HISTÓRIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

AMANDA CAVALCANTE DE CAMPOS

RESUMO
Este artigo analisa a evolução dos métodos de alfabetização no Brasil, com ênfase na educação infantil e especial, destacando políticas públicas, comparações entre estados e municípios de referência, e análise comparativa com países que estão à frente do Brasil. São discutidos dados recentes do IBGE, INEP e MEC, além da atuação de ONGs, especialmente em São Paulo. Por meio de revisão bibliográfica e análise de dados, explora-se as contribuições de teóricos como Paulo Freire, Emilia Ferreiro, Jean Piaget e Lev Vygotsky, bem como tendências atuais, desafios e perspectivas para a alfabetização e inclusão de crianças e alunos com deficiência. Conclui-se que a alfabetização na primeira infância e na educação especial requer abordagens lúdicas, inclusivas e contextualizadas, respeitando o desenvolvimento integral e promovendo o letramento significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Educação Infantil; Educação Especial; Políticas Públicas; Inclusão; ONGs.

ABSTRACT
This article analyzes the evolution of literacy methods in Brazil, focusing on early childhood and special education, highlighting public policies, comparisons between reference states and municipalities, and a comparative analysis with countries ahead of Brazil in this area. Recent data from IBGE, INEP and MEC, as well as the role of NGOs, especially in São Paulo, are discussed. Through bibliographic review and data analysis, the contributions of theorists such as Paulo Freire, Emilia Ferreiro, Jean Piaget, and Lev Vygotsky are explored, as well as current trends, challenges, and perspectives for literacy and the inclusion of children and students with disabilities. It is concluded that literacy in early childhood and special education requires playful, inclusive, and contextualized approaches, respecting integral development and promoting meaningful literacy.

KEYWORDS: Literacy; Early Childhood Education; Special Education; Public Policies; Inclusion; NGOs.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é uma das etapas mais relevantes da educação básica, impactando diretamente o desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças. No Brasil, a história da alfabetização é marcada por mudanças políticas, sociais e econômicas que influenciam os métodos de ensino. Apesar de avanços, persistem desafios, especialmente na alfabetização infantil e na educação especial. Dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE revelam que 93% da população com 15 anos ou mais é alfabetizada, restando 11,4 milhões de analfabetos, com maiores índices nas regiões Norte e Nordeste. O objetivo deste artigo é analisar a evolução dos métodos de alfabetização no Brasil, com ênfase em políticas públicas, práticas pedagógicas, inclusão e o papel das ONGs, comparando experiências nacionais e internacionais.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A trajetória da educação infantil no Brasil é marcada por avanços legais, desafios persistentes e mudanças de paradigmas. O reconhecimento da importância da primeira infância para o desenvolvimento humano é relativamente recente quando comparado a outros níveis de ensino. Os primeiros registros de instituições voltadas ao atendimento de crianças datam do século XIX, com caráter predominantemente assistencialista, focado no cuidado, alimentação e higiene, refletindo a visão da infância como etapa transitória para o trabalho e não como fase de pleno desenvolvimento.

A partir de 1874, surgiram iniciativas locais, principalmente por pequenos grupos privados e filantrópicos, visando atender crianças em situação de vulnerabilidade socioeconô-

mica. No início do século XX, a educação infantil começou a ganhar relevância nacional, com a fundação das primeiras instituições formais e a criação de legislações específicas para o segmento. Contudo, predominava a dicotomia entre assistência e educação, com as instituições ora assumindo papel assistencialista, ora pedagógico, até que, a partir da Constituição Federal de 1988, a educação infantil passou a ser reconhecida como direito de todas as crianças, independentemente de classe social.

Esse marco constitucional foi fundamental para a legitimação dos direitos da criança e a vinculação da educação infantil ao sistema educacional brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, consolidou a obrigatoriedade da matrícula de crianças de 0 a 6 anos, integrando creches e pré-escolas à educação básica e estabelecendo diretrizes para a oferta pública e gratuita. Essa legislação também buscou superar a dicotomia entre cuidado e educação, enfatizando a inseparabilidade desses aspectos no atendimento à criança pequena.

Apesar dos avanços normativos, o acesso à educação infantil permanece desigual. O Censo Escolar de 2024 revela que o número de matrículas em creches e pré-escolas está estagnado, com leve queda na pré-escola em relação a 2023. Atualmente, há cerca de 9,49 milhões de alunos na educação infantil, sendo que apenas 35% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creches públicas, enquanto um terço das crianças em creches está em instituições privadas, o que evidencia a desigualdade de acesso e a dependência do setor privado para suprir a demanda.

A universalização da pré-escola, prevista como meta do Plano Nacional de Educação (PNE), ainda não foi plenamente alcançada, e o crescimento das matrículas em tempo integral é um dos poucos avanços recentes, com 1,4 milhão de novos alunos em 2024. O cenário é agravado pela insuficiência de infraestrutura e recursos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a oferta pública é mais limitada e as disparidades sociais são mais acentuadas.

Para enfrentar essas desigualdades, políticas públicas como o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído em 2007, têm buscado garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas e melhorar a infraestrutura física da rede, por meio de transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios5. O Proinfância atua em dois eixos principais: ampliação do acesso e garantia de padrão mínimo de qualidade, com o objetivo de corrigir progressivamente as disparidades regionais e promover condições ideais de ensino-aprendizagem

PANORAMA ATUAL DA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

A alfabetização infantil permanece como um dos principais desafios educacionais do Brasil, especialmente após os impactos da pandemia de Covid-19. Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, em 2023, apenas 56% das crianças brasileiras matriculadas no 2º ano do ensino fundamental atingiram o padrão nacional de alfabetização, conforme o Indicador Criança Alfabetizada. Esse indicador, lançado para monitorar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), considera habilidades como leitura de palavras, frases e textos curtos, localização de informações explícitas e inferência de dados em textos simples, articulando linguagem verbal e não verbal.

O cenário atual reflete uma lenta recuperação após a queda acentuada registrada durante a pandemia. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apontou que, em 2019, 60,3% das crianças do 2º ano estavam alfabetizadas, índice que caiu para 49,4% em 2021 e permaneceu abaixo do patamar pré-pandemia em 2023, com 49,3% segundo a amostra do Saeb. Apesar disso, há uma tendência de elevação dos resultados, conforme observado pelo Inep, embora os dados ainda estejam em fase de consolidação.

A desigualdade regional é marcante: em 2023, as regiões Sul (67%) e Centro-Oeste (57%) superaram a média nacional, enquanto Sudeste (55%), Nordeste (54%) e Norte (50%) ficaram abaixo ou próximos da média. Essas disparidades refletem diferenças históricas de investimento, infraestrutura e formação docente.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado em junho de 2023, representa a principal política pública para enfrentar esse cenário. O programa visa garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental e recuperar as aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. Entre suas estratégias estão a colaboração federativa, o apoio técnico e financeiro da União, a oferta de materiais didáticos e pedagógicos, a formação continuada de professores e a implementação de sistemas de avaliação específicos para alfabetização. Em 2024, o programa já conta com adesão de 99% dos municípios brasileiros e prevê investimento de R$ 4,3 bilhões até 2026.

Em síntese, o panorama atual da alfabetização infantil no Brasil é de recuperação gradual, com avanços em políticas públicas e monitoramento, mas ainda marcado por desigualdades regionais, desafios na formação docente e necessidade de maior investimento e acompanhamento pedagógico. A consolidação de uma alfabetização de qualidade depende do fortalecimento das políticas de formação continuada, do apoio técnico e financeiro às redes de ensino e do compromisso federativo para garantir o direito de todas as crianças à alfabetização na idade certa

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabeleceu metas ambiciosas para a educação infantil, como universalizar o acesso à pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e ampliar as matrículas em creches para pelo menos 50% das crianças de até 3 anos até o fim da vigência do plano. No entanto, essas metas não foram plenamente atingidas: até 2024, a universalização da pré-escola ainda não foi alcançada em todos os municípios, e a taxa de atendimento em creches permanece abaixo do objetivo, com cerca de 37% das crianças de até 3 anos matriculadas, segundo dados oficiais.

O novo PNE 2024-2034, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, mantém a meta de universalizar a pré-escola e amplia o objetivo para atender pelo menos 60% das crianças de até três anos em creches públicas ou conveniadas até 2034. O texto também propõe a redução das desigualdades regionais e sociais no acesso à educação infantil, além de reforçar a necessidade de garantir a qualidade do atendimento e a articulação entre educação, saúde e assistência social para o desenvolvimento integral das crianças.

Para enfrentar esses desafios, o Ministério da Educação (MEC) lançou e fortaleceu programas estratégicos. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, por exemplo, foi fundamental para recuperar o patamar de alfabetização infantil após a pandemia: em 2023, 56% das crianças brasileiras atingiram o nível esperado de alfabetização ao final do 2º ano do ensino fundamental, superando o índice pré-pandemia e registrando um aumento de 20 pontos percentuais em relação ao resultado do Saeb 2021. O governo federal já investiu mais de R$ 1 bilhão nessa política, que prevê apoio técnico e financeiro para estados e municípios, formação continuada de professores e monitoramento dos resultados.

Outro destaque é o Programa Escola em Tempo Integral, que visa ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas da educação básica. A meta é criar mais 1 milhão de novas matrículas até 2026, alcançando cerca de 3,2 milhões de estudantes em jornada ampliada. O programa oferece apoio financeiro e técnico às redes estaduais, municipais e distrital, promovendo a equidade e o desenvolvimento integral dos alunos.

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec) é mais uma iniciativa relevante, voltada para garantir conectividade de qualidade em todas as escolas públicas do país até 2026. Em 2025, o projeto prevê levar internet banda larga e infraestrutura de Wi-Fi para mais de 10 mil escolas em 23 estados, incluindo áreas remotas, comunidades indígenas e quilombolas. O objetivo é universalizar o acesso à tecnologia e possibilitar o uso pedagógico das TICs para fortalecer o ensino e a aprendizagem.

No campo da educação especial, o avanço ainda é lento. Entre 2019 e 2023, as matrículas em educação especial cresceram 41,6%,

atingindo 1,7 milhão de alunos em 2023, com maior concentração no ensino fundamental (62,9%). Apesar desse crescimento, apenas um em cada três estabelecimentos com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE), e a expansão desse serviço não acompanha o aumento da demanda. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas mais eficazes para garantir inclusão, acessibilidade e apoio pedagógico adequado para todos os estudantes.

Como destacou Ivan Gontijo, gerente de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação, "basicamente metade dos alunos do Brasil que estão na faixa dos 7 anos não conseguem ler e escrever de uma forma minimamente adequada. Esses dados retratam uma realidade muito alarmante, mas não são novidades. [...] Os dados são inequívocos em dizer que, no Brasil, existe um grande desafio em relação à alfabetização das crianças".

O Brasil avança com políticas públicas que buscam ampliar o acesso, promover a equidade e fortalecer a alfabetização e a inclusão. Contudo, persistem desafios estruturais, como a insuficiência de vagas em creches, a desigualdade regional, a necessidade de formação docente continuada e a expansão do AEE. O sucesso dessas políticas depende do compromisso federativo, do investimento contínuo e do monitoramento rigoroso das metas estabelecidas para a próxima década.

COMPARAÇÃO ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS DE REFERÊNCIA

Experiências municipais como Sobral (CE), Curitiba (PR) e São Paulo (SP) demonstram que políticas de valorização docente, gestão eficiente e metodologias inovadoras podem transformar a alfabetização e elevar a qualidade do ensino público. Sobral é referência nacional: em 2023, 97% dos alunos do 2º ano do ensino fundamental foram alfabetizados, segundo o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece), e a cidade projeta, para 2024, uma nota recorde no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O sucesso de Sobral é atribuído a estratégias como o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), seleção rigorosa de gestores, apoio pedagógico contínuo e valorização do magistério, além de avaliações regulares de desempenho. Como destaca Herbert Lima, secretário de Educação de Sobral, "o município serve de base e inspiração para o sucesso em Educação do Ceará e, em 2024, deve atingir uma nota recorde no Ideb".

Curitiba também tem avançado de forma significativa. Em 2024, a cidade conta com 237 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), resultado da entrega de 51 novas unidades nos últimos anos e da previsão de mais 11 até o fim do ano. A prefeitura encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei para criar 539 novas vagas de professor de Educação Infantil, ampliando o quadro para 6 mil profissionais dedicados às creches públicas, com impacto financeiro previsto de R$ 50,8 milhões em 2025. Essas ações refletem o compromisso com a ampliação do acesso e a qualidade do atendimento, fortalecendo o vínculo das crianças com a escola desde a primeira infância.

Em São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação promoveu em 2024 a 10ª Jornada Pedagógica para Educação Infantil, reunindo todos os profissionais da rede para vivências formativas, partilha de saberes, oficinas e visitas a espaços culturais. O evento reforça a importância da formação continuada e da integração entre teoria e prática, alinhando as ações pedagógicas aos princípios do Currículo da Cidade e às necessidades dos territórios. Além disso, a cidade investe em materiais didáticos inovadores e em programas de apoio à alfabetização, buscando garantir equidade e qualidade.

Essas experiências mostram que resultados expressivos em alfabetização são alcançados por meio de políticas integradas, valorização dos profissionais da educação, inovação pedagógica e forte engajamento da comunidade escolar. Como destaca documento do Ministério da Educação, "os indicadores relativos à creche e à pré-escola no Brasil registram importantes progressos ao longo dos últimos anos. Ao mesmo tempo, evidenciam os inúmeros desafios que ainda devem ser enfrentados na busca por efetiva qualidade e equidade na Educação Infantil". O sucesso depende de investimento contínuo, avaliação sistemática e participação ativa de toda

a comunidade escolar, servindo de inspiração para outros municípios do país.

COMPARAÇÃO INTERNACIONAL: PAÍSES À FRENTE DO BRASIL

A análise de sistemas educacionais de países como Finlândia, Canadá e Coreia do Sul evidencia práticas e investimentos que inspiram o Brasil a avançar em qualidade, equidade e inovação na alfabetização infantil.

A Finlândia é frequentemente citada como referência mundial em educação. De acordo com a OCDE, o país investe cerca de 5,4% do seu PIB em instituições educacionais da educação básica ao ensino superior, acima da média da OCDE de 4,9%. O investimento público em educação totalizou 6,5% do PIB em 2021, segundo o Banco Mundial. O orçamento para 2025 prevê €8,45 bilhões para o Ministério da Educação e Cultura, mesmo em cenário econômico adverso, reforçando o compromisso com a elevação do nível educacional e a valorização da formação docente. A Finlândia prioriza a formação contínua de professores, seleção rigorosa para ingresso na carreira e uma pedagogia lúdica e centrada na criança, com forte ênfase na inclusão e no desenvolvimento integral. O país ostenta uma das maiores taxas de alfabetização do mundo, próxima de 100%, e investe especialmente em educação infantil, com aumento de 4% no investimento relativo ao PIB entre 2015 e 2021.

No Canadá, o investimento em educação também é robusto, situando-se em torno de 6,5% do PIB. O país se destaca por políticas de inclusão, formação docente de alta qualidade e um sistema educacional que valoriza a diversidade e a equidade. O Canadá implementa políticas de apoio a alunos com necessidades especiais e promove o acesso universal à educação básica, resultando em uma taxa de alfabetização de 99%. O Accessible Canada Act, de 2019, reforça o compromisso com a eliminação de barreiras e a participação plena de pessoas com deficiência em todos os níveis do sistema educacional.

A Coreia do Sul tem se tornado referência global em inovação tecnológica aplicada à educação. O governo investe fortemente em EdTech e, a partir de 2025, implementará livros digitais baseados em inteligência artificial (IA) para disciplinas como matemática, inglês e informática, promovendo ensino personalizado e integração entre professores humanos e assistentes digitais. O Ministério da Educação sul-coreano lançou o "Plano de Inovação em Educação Digital", que inclui a criação de 300 escolas-líderes em tecnologia digital e a promoção de plataformas de ensino-aprendizagem com IA. O país mantém uma taxa de alfabetização de 98% e busca, com essas políticas, preparar os estudantes para os desafios do século XXI, apostando em metodologias ativas e no uso intensivo de recursos digitais.

Em contraste, o Brasil investiu cerca de 5,5% do PIB em educação em 2022, segundo o Inep, valor inferior ao de países da OCDE e distante da meta legal de 10% estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE). O investimento por estudante brasileiro é menos da metade da média da OCDE: US$ 4.306 contra US$ 11.560 em 2020. Além disso, o gasto total do governo brasileiro com educação diminuiu 10,5% entre 2019 e 2020, enquanto nos países da OCDE houve crescimento médio de 2,1%. O relatório da OCDE ressalta: "O financiamento adequado é uma condição prévia para proporcionar uma educação de alta qualidade".

Essas comparações mostram que o sucesso dos países analisados está diretamente relacionado ao investimento consistente em educação, à valorização e formação de professores, à inclusão e ao uso estratégico de tecnologia. Para o Brasil avançar, é fundamental fortalecer o financiamento, ampliar a formação docente, investir em inovação pedagógica e garantir políticas de inclusão que atendam à diversidade dos estudantes

EDUCAÇÃO ESPECIAL: CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL

A educação especial no Brasil tem apresentado avanços importantes em termos de legislação e acesso, mas ainda enfrenta desafios estruturais significativos. Em 2023, o número de matrículas na educação especial chegou a 1.771.430, um crescimento de 41,6% em relação a 2019, segundo o Censo Escolar. A maioria dessas matrículas está concentrada no ensino fundamental (62,9%), seguido pela educação infantil (16%) e pelo ensino

médio (12,6%).
Entre os estudantes atendidos, 53,7% possuem deficiência intelectual (952.904 alunos) e 35,9% apresentam Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), totalizando 636.202 matrículas. Outras deficiências registradas incluem deficiência física, baixa visão, deficiência auditiva, altas habilidades/superdotação, surdez, cegueira e surdocegueira, além de quase 89 mil estudantes com múltiplas deficiências.
O percentual de alunos incluídos em classes comuns também vem crescendo: passou de 94,2% em 2022 para 95% em 2023, refletindo o compromisso com a inclusão escolar. Apesar desse avanço, apenas cerca de 30% das escolas públicas brasileiras possuem salas de recursos multifuncionais, essenciais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que ainda é insuficiente para atender toda a demanda nacional.
O dossiê da Revista Owl Journal (2024) destaca que a inclusão vai além da presença física do estudante com deficiência na escola, exigindo adaptações curriculares, acessibilidade, formação docente e oportunidades reais de aprendizagem para todos. O documento ressalta: "Sem oferta de AEE de qualidade, o risco é transformar a inclusão em integração simbólica, sem efetividade".
No cenário internacional, países como Finlândia e Canadá são referências em educação inclusiva. Na Finlândia, o sistema educacional se baseia nos princípios de igualdade e equidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, estudem juntos em ambientes comuns, com suporte individualizado e profissionais especializados. Como aponta a conselheira finlandesa Riia Palmqvist, "não deixamos ninguém para trás, mantemos todos a bordo", reforçando o compromisso de adaptar o ensino às necessidades de cada estudante.
O Canadá, por sua vez, implementou o Accessible Canada Act (2019), que visa eliminar barreiras e garantir participação plena das pessoas com deficiência em todos os aspectos sociais e educacionais até 2040, promovendo políticas de consulta, acessibilidade e acompanhamento contínuo.
No Brasil, o Ministério da Educação tem fortalecido a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), com previsão de investimento de R$ 3 bilhões até 2026 para beneficiar 38 mil escolas com equipamentos, materiais pedagógicos e formação continuada de professores. Contudo, apenas 38% dos estudantes público-alvo recebem AEE, mostrando que o discurso da inclusão avançou mais rápido do que as condições concretas de aprendizagem

O PAPEL DAS ONGS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As Organizações Não Governamentais (ONGs) exercem papel estratégico e complementar na educação brasileira, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e educacional. Elas atuam em parceria com o poder público, inovando em práticas pedagógicas, suprindo lacunas de recursos e formação docente, e promovendo a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes.
A Fundação Lemann, por exemplo, destaca-se pelo apoio à formação de gestores e professores, desenvolvimento de políticas educacionais e implementação de soluções inovadoras nas redes públicas de ensino. O programa Formar, uma de suas principais iniciativas, atua em três frentes: políticas educacionais, formação continuada de profissionais com experiência em gestão escolar e conectividade e inovação. Além disso, a Fundação apoia projetos como Talentos da Educação, Conectando Saberes, a plataforma QEdu e a Nova Escola, que oferece materiais de apoio e conteúdo para professores de todo o Brasil. A Fundação Lemann também foi fundamental no apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do programa Educação Conectada, ampliando o acesso à tecnologia e à formação de qualidade.
O Instituto Ayrton Senna é referência na promoção de programas de alfabetização e desenvolvimento de competências socioemocionais. Em 2024, lançou a "Trilha Alfabetização" na plataforma humane, com módulos gratuitos e certificados voltados à formação de educadores em políticas públicas, estratégias de alfabetização, alfabetização matemática e educação integral. A

iniciativa visa capacitar professores com ferramentas e conhecimento para lidar com os desafios atuais, contribuindo para uma sociedade mais educada e preparada para o futuro.

O Instituto Natura também se destaca por sua atuação na formação de professores, especialmente para a alfabetização na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Por meio do programa TRILHAS, oferece cursos gratuitos a distância, com certificação reconhecida pelo MEC, totalizando 85 horas de formação. Além disso, promove comunidades de aprendizagem e cursos voltados à integração de tecnologia e educação, ampliando o alcance e o impacto das práticas pedagógicas inovadoras.

ONGs como a Cidadão Protagonista e a SOS Educação atuam diretamente em comunidades vulneráveis, promovendo alfabetização cidadã, inclusão digital, reforço escolar e apoio a alunos com deficiência. Elas oferecem aulas alinhadas às diretrizes do Ministério da Educação, desenvolvem projetos lúdicos e interativos e adaptam suas ações às necessidades locais, combatendo a evasão escolar e promovendo o protagonismo das crianças e adolescentes.

Além das ações diretas, as ONGs têm papel relevante na articulação de redes colaborativas entre setor público, privado e sociedade civil, facilitando a implementação de políticas públicas e a disseminação de metodologias inovadoras. Segundo especialistas, “as ONGs educacionais atuam no apoio às necessidades e carências de educação de crianças e adolescentes que estão inseridas no sistema escolar público, colaborando para o protagonismo da comunidade em que estão inseridas”.

As ONGs são fundamentais para a efetividade das políticas públicas e para a promoção da equidade educacional no Brasil. Elas inovam, adaptam-se rapidamente às realidades locais e contribuem para garantir o direito à educação de qualidade para todos, especialmente para aqueles em situação de maior vulnerabilidade.

DESAFIOS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar de avanços recentes, a alfabetização e a educação infantil no Brasil continuam enfrentando desafios estruturais e regionais persistentes. O cenário de 2025 revela que desigualdades sociais, raciais e regionais ainda limitam o acesso e a qualidade da educação, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a pobreza atinge 53,3% das crianças de até 6 anos e o acesso à creche chega a apenas 16,6%, muito abaixo das médias do Sudeste e Sul (ambas acima de 41%). Além disso, 46,5% das crianças brasileiras de até 6 anos viviam em situação de pobreza em 2023, agravando as barreiras ao desenvolvimento pleno.

A estagnação no crescimento das matrículas em creches e pré-escolas, bem como a lenta ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), evidenciam a urgência de políticas públicas mais eficazes e integradas, com foco na equidade, infraestrutura escolar e valorização docente. O déficit de formação específica entre os professores da educação básica - apenas metade possui formação adequada em alfabetização - compromete a qualidade do ensino e a implementação de metodologias inovadoras.

Paulo Freire defendia que a alfabetização deveria ir além da simples decodificação de palavras, sendo um instrumento de transformação social: “Trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)”. Esse olhar crítico é essencial para superar a chamada “cultura do silêncio” e promover uma educação emancipadora e inclusiva.

Em resposta, o governo federal estabeleceu a meta de alfabetizar ao menos 80% das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental até 2030, compromisso firmado em parceria com estados e municípios e que envolve acompanhamento anual, premiação de boas práticas e apoio técnico-financeiro para redes públicas de ensino. O Indicador Criança Alfabetizada, lançado em 2023, será o principal instrumento de monitoramento desse avanço, com avaliações censitárias anuais e apoio diferenciado para territórios mais vulneráveis.

Emília Ferreiro destaca que a criança é um ser pensante, capaz de formular hipóteses e construir seu próprio conhecimento sobre a leitura e a escrita: “A criança não é esse su-

jeito sempre passivo e sem conhecimentos que a escola e os adultos tendem a ver. A criança é um ser pensante que tem suas lógicas e que se respeitarmos suas lógicas a aprendizagem pode ser muito mais significativa e fácil para ela". Esse entendimento reforça a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a autonomia e o protagonismo infantil.

O Brasil também passa a integrar o International Early Learning and Child Well-Being Study (IELS/OCDE), maior diagnóstico internacional sobre aprendizagem e bem-estar na primeira infância, que avaliará cerca de 4 mil crianças de 5 anos em 280 escolas de todo o país entre 2024 e 2026. O estudo permitirá comparar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e de autorregulação das crianças brasileiras com as de outros países, subsidiando políticas públicas mais efetivas para a redução das desigualdades e a promoção da equidade na educação infantil.

O Brasil avança com metas progressivas e políticas integradas, mas o sucesso depende do enfrentamento das desigualdades regionais, do investimento contínuo em infraestrutura, formação docente e inclusão, e da incorporação de inovações pedagógicas e tecnológicas. O compromisso coletivo - entre União, estados, municípios, sociedade civil e setor privado - será fundamental para garantir o direito à alfabetização e ao desenvolvimento integral de todas as crianças brasileiras até 2030.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização infantil e especial no Brasil apresentou avanços significativos nas últimas décadas, mas ainda enfrenta desafios estruturais e sociais profundos. Os dados recentes do INEP e do Saeb mostram que, apesar de políticas públicas voltadas para o tema, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), o país ainda não conseguiu garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental. Em 2021, por exemplo, menos da metade das crianças atingiu o nível esperado de alfabetização, reflexo do impacto da pandemia e das desigualdades históricas no acesso à educação de qualidade.

Exemplos bem-sucedidos em municípios e estados, como o caso do Ceará, demonstram que a combinação de políticas públicas eficazes, formação docente de qualidade, avaliação sistemática e participação ativa das ONGs pode transformar realidades locais e regionais. Como destaca Paulo Freire, "a alfabetização é, antes de tudo, um ato de conhecimento, um processo consciente e crítico de leitura do mundo" (FREIRE, 1987), ressaltando que práticas transformadoras exigem compromisso coletivo e visão emancipadora.

A experiência internacional reforça que o investimento consistente em educação, a valorização do professor e a inclusão são caminhos essenciais para o avanço. Países como Finlândia, Canadá e Coreia do Sul mostram que políticas de formação continuada, infraestrutura adequada e práticas pedagógicas inovadoras são determinantes para o sucesso da alfabetização.

Para superar os desafios brasileiros, é fundamental ampliar e fortalecer programas como o CNCA e o Proinfância, investir na expansão da infraestrutura escolar, garantir a formação continuada dos educadores e promover a articulação entre União, estados e municípios. A participação das ONGs e da sociedade civil é estratégica para complementar ações governamentais, inovar nas práticas pedagógicas e alcançar populações em situação de vulnerabilidade.

O cenário atual exige, ainda, o monitoramento constante das metas e a adoção de políticas específicas para cada território, reconhecendo as desigualdades regionais e a diversidade do país. Como ressaltam especialistas, "é preciso aumentar os investimentos em educação, que sofreram cortes importantes nos últimos anos. As metas são interligadas e dependem umas das outras para o cumprimento integral" (IBGE, 2021). Dessa forma, promover uma alfabetização significativa e inclusiva para todas as crianças brasileiras depende do compromisso coletivo e da implementação efetiva das políticas públicas em todos os níveis do sistema educacional.

"O futuro de uma nação se constrói na sala de aula. Refletir sobre a educação brasileira

é, acima de tudo, repensar o próprio destino do país."

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar 2024: Número de crianças matriculadas na creche e na pré-escola fica abaixo da meta. Disponível em: https://jc.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2025/04/09/censo-2024-numero-de-criancas-matriculadas-na-creche-e-na-pre-escola-fica-abaixo-da-meta.html. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Oferta de AEE nas escolas cresce lentamente, aponta Censo Escolar 2024. Disponível em: https://diversa.org.br/noticias/oferta-de-aee-nas-escolas-cresce-lentamente-aponta-censo-escolar-2024/. Acesso em: 01 maio 2025.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. A Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Alfabetização no século 21: abordagens e desafios atuais. Disponível em: https://institutoayrtonsenna.org.br/alfabetizacao-no-seculo-21/. Acesso em: 01 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Taxa de alfabetização chega a 93% da população brasileira, revela IBGE. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/taxa-de-alfabetizacao-chega-93-da-populacao-brasileira-revela-ibge. Acesso em: 01 maio 2025.

PIAGET, Jean. A Formação do Símbolo na Criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

REVISTA OWL JOURNAL. Dossiê: Inclusão na educação especial: desafios e avanços no Brasil. v. 2, n. 3, 2024.

VYGOTSKY, Lev. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.